



Interpelação Escrita

Em 2003, o Governo iniciou o estudo sobre as obras de construção do metro ligeiro, as quais tiveram início em 2011, e entretanto, durante este período, analisou e melhorou profundamente um conjunto de medidas do referido projecto. Contudo, apesar de esse estudo que inclui o traçado geral ter demorado 8 anos a ser finalizado, continuam a existir muitas divergências, pois, até à data, ainda não foi tomada uma decisão sobre certas partes do traçado, assim como não há nenhuma data para a finalização do projecto nem existe um orçamento final para as referidas obras. Este problema acarreta um grande encargo para a sociedade, assim como graves e imprevisíveis problemas para as despesas do futuro orçamento.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Desde o ano passado até à data, já decorreu mais de meio ano desde os trabalhos de consulta pública para o traçado norte do metro ligeiro, contudo este ainda não foi definido. Quando é que o Governo vai decidi-lo e quais os seus fundamentos?
2. Durante as várias sessões de consulta para os traçados do metro ligeiro, apresentaram-se muitas opiniões, fazendo com que haja dificuldades



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

quanto a uma decisão, pois será difícil agradar a todos, e isso também levou a que o projecto inicial do metro ligeiro voltasse à “estaca zero”. O Governo analisou as causas deste problema? Como será efectuado o diálogo e qual será a decisão, quando existem dúvidas e divergências de opinião entre os especialistas e a população?

3. O actual projecto chegou a um ponto em que o Governo constrói o metro ligeiro passo a passo sem ter um plano geral, pelo que este método é muito passivo, obsoleto e irresponsável! Perante este grande problema, o Governo deve assumir uma posição mais responsável e ser mais activo, com vista a resolver os problemas existentes, nomeadamente, encontrar soluções efectivas e claras para definir o projecto completo. O Governo vai fazer isto?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Si Ka Lon

12 de Junho de 2015